

A RETÓRICA DA MORTE NA NARRATIVA DE TITO LÍVIO (SÉCULO I A.C.)

THE RHETORIC OF DEATH IN LIVY'S NARRATIVE (FIRST-CENTURY B.C.)

Luciane Munhoz de OMENA*
Suiany Bueno SILVA**

Resumo: O artigo aborda algumas questões conceituais e políticas da relação entre morte e retórica na *Ab Urbe Condita* de Tito Lívio. Traçaremos algumas reflexões acerca da morte voluntária da aristocrata Lucrecia e, dessa forma, compreenderemos a relevância de seu papel político no discurso histórico a partir dos aparatos da memória, que se vinculam à arte do convencimento, e de suas interferências no espaço social durante o século I a.C.

Palavras-chave: Morte – Retórica – Memória – História e Política.

Abstract: The article discusses some conceptual issues and policies of the relationship between death and rhetoric in *Ab Urbe Condita* by Livy. We are going to describe some reflections on the voluntary death of the aristocrat Lucrezia and thus understand the relevance of its political role in historical discourse from the memory apparatus, which are linked to the art of persuasion, and their interference in the social space during the first century B.C.

Keywords: Death – Rhetoric – Memory – History and Politics.

Nec sepulcra legens vereor, quod aiunt, ne memoriam perdam; his enim ipsis legendis in memoriam redeo mortuorum
(Cícero. *De senectute* 7. 21).

Introdução

A epígrafe supracitada sugere que o valor atribuído aos túmulos, com especial relevo ao epitáfio, conservaria a memória dos mortos. O processo de preservação, armazenamento e a relação intrínseca entre memória e esquecimento levam-nos a refletir sobre a relevância da produção social dos mortos, pois, como propõe Alain M. Gowing (2005, p. 13), os romanos não estavam inclinados a esconder seus mortos, relegá-los a algum isolamento. Mesmo um transeunte desatento não poderia deixar de observar que a Via Appia era constituída por diversos túmulos, monumentos às famílias

* Doutora em História – Professora do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, CEP: 74001-970, Goiânia, Goiás – Brasil. E-mail: lucianemunhoz34@gmail.com

** Mestranda em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, CEP: 74001-970, Goiânia, Goiás – Brasil. Bolsista CNPq. E-mail: suianybs@hotmail.com

e indivíduos, destinados às construções identitárias, que, em algumas circunstâncias, transformavam-se em produções de memória cultural, histórica, coletiva ou individual (cf. GOWING, 2005; CARROL, 2006; HUSKINSON, 2007; NOY, 2011; JOHANSON, 2011; ERKER, 2011; HOPE, 2011 entre outros). Com isso, Cícero nos oferece um bom ponto de partida para compreender as representações da morte a partir do discurso histórico de Tito Lívio (aprox.. 59 a.C - 17 d.C.), em *Ab Urbe Condita*, levando-se em consideração a construção retórica da morte voluntária de Lucrecia (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVII\LX).

A personagem Lucrecia, esposa de Colatino, incorpora-se à narrativa quando o cônjuge, presente na cidade de Ardeia, juntamente com os príncipes organizam um banquete na casa de Sexto Tarquínio e, durante a realização do evento, o assunto recai sobre mulheres. Cada um elogiava mais que o outro os dotes de suas esposas. A discussão tornava-se acalorada quando Colatino declarou que não valia a pena discutir. Dentro de algumas horas poderiam ter certeza da superioridade de suas esposas. Assim, pegaram seus respectivos cavalos e foram pessoalmente observar o comportamento de suas mulheres. Cada um diria em que se ocupava a esposa. Dirigiram-se a Colácia, onde encontraram Lucrecia em atitude bem diferente das noras do rei. Estas, para ocupar o tempo, participavam com as amigas de um suntuoso banquete. A matrona, ao contrário, estava no interior de sua casa, sentada junto às suas servas e fiava lã, apesar da hora avançada. A comparação com as outras mulheres terminou por exaltar a figura de Lucrecia, que acolheu amavelmente seu marido e os Tarquínios, jovens príncipes convidados pelo vencedor a permanecerem em sua casa. A beleza e a virtude de Lucrecia seduziram Tarquínio, que, dias mais tarde, às ocultas de Colatino, voltou a Colácia. Quando lhe pareceu que todos dormiam e não corria perigo, tomou a espada e ardendo em desejo aproximou-se de Lucrecia adormecida. Pondo-lhe com força a mão esquerda sobre o peito disse:

Silêncio, Lucrecia, eu sou Sexto Tarquínio e tenho a espada na mão, se disseres uma palavra, morrerás. Tarquínio confessou-lhe seu amor, dirigiu-lhe súplicas, misturou ameaças às súplicas, lutando para perturbar os sentimentos daquela mulher. Diante de sua firmeza que não cedia nem pelo temor da morte, acrescentou ao medo a ameaça da desonra. Assim, quando ela resiste, ele ameaça matá-la. Com essa ameaça, a paixão criminosa de Tarquínio triunfou da obstinada virtude, e ele partiu contente por ter destruído a honra de uma mulher (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVII\LVIII).

Abatida por tão grande infortúnio, Lucrecia enviou um mensageiro a Roma e à Ardeia para pedir ao pai e ao marido que viessem imediatamente. Era necessária e urgente a presença de ambos. Chegaram juntos, pai e marido, e encontraram Lucrecia acabrunhada e vertida em lágrimas. Completamente desolada, a virtuosa mulher anunciou o estupro cometido por Sexto Tarquínio. Após obter a garantia que não a deixariam sem vingança, Lucrecia pronunciou que, mesmo isenta de culpa, não se sentia livre do castigo. Assim sendo, cravou no peito o punhal que havia escondido em suas vestes e tombou agonizante em meio aos gritos do pai e do marido (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVII\LVIII).

Como se percebe, a narrativa de Lucrecia abrange duas virtudes femininas – *castitas* e *pudicitia* – as quais caracterizavam modelos de comportamentos em torno de um *ethos* aristocrático a ser transmitido aos seus contemporâneos (GLENDINNING, 2011, p. 75). Tito Lívio utilizava recursos retóricos para inserir Lucrecia no espaço doméstico – *domus* – e criava, com isso, um ideal de matrona, pois, como acentua Beryl Rawson, esta deveria responsabilizar-se pela criação dos filhos para, assim, adquirir, de fato, poder e prestígio social perante seus familiares e a sociedade em geral (RAWSON, 1992, p. 18); já que a família romana representava uma unidade social e política (cf. DIXON, 1992; SALLER, 1994; GEORGE, 2005).

Sendo assim, a narrativa desse historiador romano considerava a morte voluntária de Lucrecia uma ação digna de uma *domina* comprometida com a preservação de sua *pudicitia*. A violência de Sexto Tarquínio, obrigando-a a praticar o coito, submeteu-a, contra a sua vontade, à prática do adultério (cf. BAUMAN, 1992; GALINSKY, 1996; PARKIN & POMELOY, 2007), levando-a a tirar a própria vida (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVII\LVIII). Em razão disso, a narrativa produz a imagem de uma *mors opportuna* em função do comportamento de Lucrecia, que, com sua morte, restaura a virtude de sua família e torna-se um *exemplum* para outras mulheres, pois, ao que tudo indica, Tito Lívio parece preocupar-se com o papel feminino na construção da *res publica*. A ação de Lucrecia extrapola o espaço da *domus* e sua coragem torna-se um símbolo feminino a ser lembrado na comunidade política (MILNOR, 2009, p. 82).

Partindo-se desse contexto, nossa leitura privilegiará a interpretação de que os indivíduos virtuosos, representados em Tito Lívio, tornaram-se exemplos a serem rememorados e projetados na memória pública, criando, assim, uma imagem de unidade (CONNOLLY, 2009, p. 189). Como propõe Valerie Hope (2011, p. 115), a produção de

memória social articula uma consciência de um passado comum. Deste modo, as imagens do passado foram elaboradas e ordenadas no discurso de Lívio, apontando, desta feita, a intrínseca relação entre morte, memória e retórica.

Morte, Memória e Retórica em Tito Lívio

A restauração moral empreendida à época de Augusto em função de seu arranjo político referia-se às reformas matrimoniais com a *Lex Julia*¹ de 18 a.C. O objetivo era criar uma nova unidade familiar com os valores tradicionais, apresentando a divisão dos papéis entre o *pater familias* e a matrona; além disso, outro propósito era estimular a taxa de natalidade e reforçar, sobretudo, a *pudicitia* nos comportamentos femininos (BAUMAN, 1992). Nesse percurso, as leis matrimoniais constituíam parte integrante da legislação moral em que a responsabilidade pela ordem social identificava-se com a responsabilidade familiar (GALINSKY, 1996, p. 130). A família romana inseria-se no espaço da *domus* e, ao mesmo tempo, refletia o espaço público, representando a legitimidade legal dos papéis sociais. Em outras palavras, as relações familiares corroboravam a criação de modelos que, ordenados socialmente, vinculavam-se às condutas cívicas para a manutenção da unidade familiar e, por consequência, para a preservação da unidade na *res publica*, em torno da *auctoritas* do *pater familias* e da *castitas* da *domina* (cf. GEORGE, 2005).² Logo, interessa-nos observar como a família e sua *domus* foram muito mais do que uma estrutura física, representando, na verdade, um espaço de compartilhamento de honras e condutas cívicas direcionadas à *res publica*. Nesta perspectiva, a honra do *pater familias* também dependia de sua capacidade de proteger sua *domus* e manter seu comportamento em consonância com o *mos maiorum*. Na *domus* estabeleciam-se articulações e negociações, pois, como lembra Richard Saller, a *domus* indicava poder e conduzia a uma vida pública ativa (SALLER, 1984, p. 352-355). Fatores religiosos, políticos e sociais contribuíram para o valor da *domus* como um símbolo para os romanos, à medida que a casa romana possuía uma aura sagrada em função dos cultos familiares (SALLER, 1984, p. 350).

Nesse sentido, a construção moral e social que se projetava na política de Augusto, com a tarefa de restaurar a República (SILVA, 2001, p. 39), trazia à tona um passado “ressignificado” e reinventado, que legitimava, dessa forma, a *auctoritas* do imperador. Tito Lívio construiu a reputação da *domus* de Augusto indicando, em especial, a valorização de Lucrecia ao associá-la à imagem masculina de *viri* (homens)

com a *virtus* (TAKÁCS, 2009, p. 05); com isso, incorporou a coragem e a glória eterna em função de seu suicídio. Em nossa percepção, a morte voluntária de Lucrecia transformou-se em uma ação retórica, à medida que seu ato revestiu-se de um significado moral. Por estas vias, o narrador conduz seus leitores-ouvintes a um ideal de matrona romana, que, em função de sua família, tira a sua vida. Como pontua Eva Cantarella (1996, p. 133), o suicídio entre os romanos ocorria em decorrência de suas relações com a comunidade política, e a justificativa de seu suicídio dependeria do modo como havia buscado e obtido a morte voluntária. Ron M. Brown acrescenta que a morte voluntária seria o resultado de um ato valoroso, estando direcionada à *res publica*, ou de um ato excessivo, que, por meio de sua vicissitude, corromperia o corpo físico e o corpo social, não representando, por esta razão, uma função didática exemplar. Assim, o papel social da morte, neste segundo ato, se desvaneceria (BROWN, 2001, p. 48). Na argumentação do autor, a oposição, positivo e negativo, criaria uma hierarquia para o suicídio, à medida que a morte voluntária poderia ser considerada ativa e passiva. Desta forma, a morte de Lucrecia se desdobraria no discurso de Lívio como uma ação ativa, uma vez que a personagem articulou e decidiu, racionalmente, colocar fim a sua vida, pois privilegiou a família. Ademais, a sua ação extrapolou o espaço doméstico, tornando-se, no discurso do historiador, uma virtude cívica (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita, Prefácio*, I). Conforme esta linha de raciocínio, os valores dos ancestrais, tanto no espaço da *domus* quanto no espaço da *urbs*, deveriam refletir, como acentua Lucien Jerphagnon (1985), a *harmonitas*, que representava, de fato, o pertencimento à cidade e à necessidade de corroborar a *res publica*.

Consequentemente, a morte de Lucrecia tornava-se uma ação representativa, socialmente ligada à prática da *uirtus*, a qual conferia sentido à função da narrativa e permitia, a partir dos comportamentos sociais, a construção idealizada da *res publica*. Isso nos leva a crer que a argumentação de Lívio enfatiza a morte de Lucrecia, num sentido não apenas político, mas, sobretudo, em termos sociais; logo, a história da personagem tornava-se um exercício retórico expresso no esforço e na articulação da escrita de Lívio para construir exemplos de conduta que levassem em consideração o espaço social de atuação e articulação de poderes. Por tais vias, inferimos que as representações da retórica da morte no livro I de Tito Lívio submetiam-se à argumentação, aos *exempla* e à criação de papéis sociais vinculados às reformas institucionais e morais na época de Augusto.

Em função de sua conduta memorável, Lucrecia representava o modelo de feminilidade doméstica; portanto, a exibição simbólica de seu corpo, após o suicídio, deveria motivar os cidadãos romanos contra monarcas despóticos e, em igual proporção, incitar comportamentos femininos à prática da *uirtus*. Vê-se, então, a virtude feminina em consonância com a masculina, pois, tal como entendemos, a representação de Lucrecia criava condições para a atuação virtuosa de Lúcio Bruto. Em seu funeral, quando seu corpo seguia em procissão ao Fórum, já que se tratava de uma aristocrata, Lúcio Bruto jurou vingar-se de Tarquínio, e de sua prole. De acordo com suas palavras:

[...] por este sangue castíssimo antes da ofensa do filho do rei, eu juro, e vos tomo, oh! deuses, como testemunha, que, a partir de agora, ei de perseguir Lúcio Tarquínio, o soberbo juntamente com a sua esposa criminosa e toda a descendência de seus filhos com a espada, o fogo ou qualquer outro meio de coerção possível, pois não ei de permitir que eles, ou qualquer outro, possam reinar em Roma (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LIX).

A ação do esposo propagava a boa reputação de Lucrecia, pois, parafraseando Valerie Hope (2003, p. 115), os discursos funerários, os rituais, os monumentos funerários³ e, em nosso caso, a vingança do esposo de Lucrecia produziam uma memória social, que se vinculava à família. Segundo Maureen Carrol (2006, p. 16), era a família a maior interessada em perpetuar a memória do morto, sobretudo em se tratando da aristocracia. Tal como propõe Eva Cantarella (1996, p. 288-293), a prática de vingança era um ato da cultura romana. Em relação a Colatino, a sua vindita correspondia à reconstrução da reputação de Lucrecia, que teve seu corpo violado, e, ao mesmo tempo, de sua *domus*. Diante deste tipo de destruição social, o senado garantia a prática da vingança, à medida que o crime contaminava toda a família; por isso, resguardava a quem necessitasse o direito de restituição da honra. Nesse sentido, a representação da morte de Lucrecia cumpre funções sociais relevantes, tais como: a construção e a preservação das virtudes cívicas essenciais a uma matrona romana, a escolha pelo suicídio e, acima de tudo, a compreensão do papel social da morte. Como entendemos, Lucrecia exerce a *potestas*, em especial no momento em que escolhe o suicídio, induzindo a vingança do esposo, que, em fúria, expulsa Tarquínio, o Soberbo, e, liberta, com isso, a *res publica* romana dos atos de tirania (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LIX).

Visto desse modo, a narrativa liviana articula uma produção de memória com o objetivo de reconstruir um passado que oriente, a partir de ações, tais como as de Lucrecia, mudanças nos comportamentos sociais que deviam ser alicerçados nas práticas de virtudes. Com essa ressalva, podemos observar, por meio do discurso desse historiador, a construção de modelos de condutas consideradas essenciais, já que tais personagens consolidavam as ações públicas, transformando-as em um comportamento cívico. Assim sendo, recorria-se à tradição como meio mais confiável para compreender e ditar o passado; entretanto, “a 'tradição' não transmitia meramente o passado, ela o criava” (FINLEY, 1989, p. 18). Na Antiguidade Clássica, a tradição representava o *mos maiorum* e criava uma espécie de unidade na constituição política. Interessavam-lhes também as lições e as mensagens do passado, e, para tanto, recorriam à memória social (cf. GUARINELLO, 1994), às experiências temporais dos homens de outrora. Historiadores como Heródoto (485-420 a. C.), Tucídides (460-400 a. C.), Políbio (208-125 a. C.), Salústio (86-34 a. C.), Tácito (55-120 a. C) e Tito Lívio concentravam-se em produzir uma leitura do passado sob as estratégias retóricas, que permitiriam, a partir de uma elaboração textual, comunicar a narrativa com uma função social (cf. FOX, 2007). Vê-se que o uso da retórica, na historiografia antiga, definiu-se para além de uma arte persuasiva: desempenhou um papel importante na definição de uma identidade social, que marcasse, efetivamente, o desenvolvimento da literatura romana. Em outras palavras, a arte retórica foi um mecanismo relevante utilizado na fala e na escrita, tendo um papel vital no espaço público, interferindo na vida social e política de Roma. Como pontua Matthew Fox (2007), a literatura foi uma expressão escrita desse esforço de definir o “ser romano” a partir dos elementos retóricos que auxiliavam a ratificar a cultura romana.

Em vista disso, ao lermos a *Ab Urbe Condita*, compreendemos que a narrativa histórica utiliza aparatos de convencimento como a *forma*, palavra latina que significa aparência, isto é, estruturação e ordenação dos argumentos (FUNARI, 2011, p. 140). A argumentação retórica produz, em seu ato de comunicação, dois efeitos distintos, mas complementares: “os leitores/ouvintes são cognitivamente convencidos quando aceitam uma afirmação como verdadeira; e são (em seguida), persuadidos, se a sua conduta ou motivação é afetada” (JÚNIOR, 2008, p. 7). Tal afirmação pode ser vislumbrada, na leitura da obra de Tito Lívio, ao compreendermos a utilização dos instrumentos retóricos como meio eficaz de denotar a utilidade da narrativa e do conteúdo nela inscrito. Trata-se de sublinhar o sentido utilitário da história, construído em sua

narrativa a partir da elucidação de seus leitores sobre a relevância dos costumes passados na orientação do agir humano, dos comportamentos sociais, os quais poderiam afetar a *res publica*. De acordo com Tito Lívio:

O que é, sobretudo, salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, Prefácio, I).

Tito Lívio partia de um contexto em que, segundo as suas percepções, existiam comportamentos excessivos e corruptíveis, e, por tais motivos, o autor propunha-se a contemplar os modelos antigos de conduta virtuosa. J. D. Chaplin (2000, p. 27-28), em sua obra *Livy's exemplary history*, mostra que o historiador Lívio interessava-se em perceber a mutabilidade dos *exempla* e a maneira com que os romanos poderiam utilizá-los como possibilidade de renovação. O autor entende que ao estudar Tito Lívio estabelece-se um propósito de compreender a utilidade dos exemplos, das virtudes essenciais para os romanos, como a *fides*, a *pudicitia* e a *castitas* (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XV; XVIII\XIX\XXI); estas fundamentais aos comportamentos das matronas romanas, como se observa na narrativa da personagem Lucrecia (cf. MARQUES, 2007; BAUMAN, 1992; CHAPLIN, 2000; EDER, 2005; SNYDER, 2011; OLGIVIE, 1965; DAVIES, 2004; JUDGE, 2010).

Em vista disso, ao lermos sua obra historiográfica, com seus discursos estruturados e elaborados sob as regras da retórica, compreendemos que sua escrita articula uma produção de memória, “ressignificando” um passado que orienta, estimula a mudança e remodela os comportamentos sociais. Compartilhando de tal assertiva, Catherine Salles argumenta que o escritor, seu objeto e seu público são partes indissociáveis da composição narrativa; portanto, a literatura (oral e escrita) se desdobra enquanto fenômeno social. Em outras palavras, a literatura antiga possui sua dimensão social e se direciona a grupos sociais específicos, que estimulam a escrita ou a fala do autor ao escolher seus temas e estilos, que, articulados retoricamente, influenciam seu público (SALLES, 2010, p. 48 e 238). Com essa ressalva, podemos discutir o papel da escrita da História em Tito Lívio e o modo como essa escrita define e consolida uma latinidade romana a partir dos modelos de comportamentos cívicos de seus personagens, que, por meio de suas ações, definem o ser romano. Como acentua Matthew Roller, o

passado, na percepção de Cícero, *magistrae vitae*, orienta as ações a partir dos *exempla* (ROLLER, 2009, p. 214-215), à medida que as virtudes cívicas se projetam no presente, na comunidade política, permitindo, desta feita, a remodelação dos comportamentos sociais (cf. CONNOLY, 2009).

Ora, a literatura foi também um veículo eficiente na construção de comportamentos ditos virtuosos, que eram socialmente compartilhados pela comunidade. A literatura oral e escrita, divulgadas nas audiências, tiveram, deste modo, a função de *paideia*, pretendendo comunicar uma memória fundamental no processo de constituição da legitimidade política de Augusto; processo este que exigia o reconhecimento de subjetividades, pois embora o sujeito se formasse no presente, tal fato ocorria baseado em uma memória. Os atos de preservação e comunicação da memória abriam espaço à permanência social (MITRAUD, 2007, p. 17), uma vez que, com a produção e a transmissão da memória, evitava-se a morte social (cf. GAGNEBIN, 2006).

Essa estratégia em reler o passado e buscar um retorno às raízes dos valores humanos e políticos (VITORINO, 2008, p. 17), construídos sobre discursos das práticas de condutas cívicas, era direcionada a grupos específicos da sociedade. Isso nos leva a crer que o livro I de Tito Lívio constrói um espaço privilegiado para discutir a história como “mestra da vida”, criando, por assim dizer, um “discurso fundador”, que busca a concordância de carências e expectativas de sua contemporaneidade (cf. EHRHARDT, 2008). Destarte, a História de Tito Lívio estruturalmente trata da fundação, à medida que a narrativa atua como um laço renovador da comunidade, seguindo o modelo de refundação de Augusto (cf. MATTHES, 1964; ROLLER, 2009; CONNOLY, 2009). Como argumenta Alain M. Gowing, Tito Lívio:

[...] além de demonstrar, nitidamente, a ligação quase palpável entre texto, monumento, memória, lança luz sobre os motivos pelos quais a *res pública* devia ser lembrada. A memória transmitida por sua História prepara o leitor com o senso de certo e errado, conforme determinado ou exemplificado pelas ações dos antecessores, mas também nos conduz o que devia ser correto no presente. Sua história tem como objetivo olhar sobre os bustos de seus ancestrais (GOWING, 2005, p. 23).

Em nossa perspectiva de abordagem compreende-se que ser historiador era uma prática literária, e que mantinha uma estreita ligação com os eventos públicos. As

conexões entre a historiografia escrita e a realidade histórica eram, portanto, múltiplas e complexas: os acontecimentos do passado e todos os exemplos históricos advindos da observação das práticas virtuosas como também dos vícios permitiam uma autoridade ao texto (cf. FELDHERR, 2009). Desse modo, tornava-se imprescindível construir imagens vinculadas à produção de um passado, que orientaria o presente a partir da criação dos *exempla*, pois, na percepção de Lívio, a célebre tradição poderia “para si mesmo e para a *res publica* apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, Prefácio, I). O historiador compreendia que pertencer e participar da sociedade implicaria, de fato, em criar modelos de comportamentos do cidadão frente à política, à família e, em especial, aos domínios sociais da morte. A escrita de Lívio produz, dessa forma, imagens de heróis romanos, utilizadas como recurso retórico para produzir uma memória social articulada em torno da prática da *uirtus*. Conforme acentua Damon, a arte retórica foi importante por dois pontos: em primeiro lugar, porque a expressão oral e escrita tornaram-se, desse modo, vitais à vida social e à política em Roma; em segundo lugar, era fundamental a familiaridade com o contexto, pois a prática de persuasão associava-se às carências da contemporaneidade do orador (cf. DAMON, 2007).

Nesse sentido, a produção de memória do passado concentrava-se no relato dos acontecimentos mais antigos, vale dizer, na retomada de um passado selecionado e modelado, apresentado como determinante à sociedade. Desse modo, “a visão romana de história e memória leva, inevitavelmente, a uma remodelação de sentido do passado, exigindo dos autores o significado do presente, e decidir não só o que se lembrar, mas como ele deve ser lembrado” (GOWING, 2005, p. 10). Portanto, as histórias romanas centravam-se muito mais em uma definição do assunto do que em uma preocupação com o gênero historiográfico, pois, como lembra Alain M. Gowing, a História seria, efetivamente, um veículo para a memória, e, como tal, poderia submeter-se à memória imaginativa (GOWING, 2005, p. 12). A história dos acontecimentos mais antigos pertencia, para esses historiadores, à área da tradição. A função da historiografia fundamentava-se na busca de uma consciência romana, uma maneira de retornar às raízes dos valores morais e políticos (MITRAUD, 2007, p. 9-10). Deste modo, o imperador Augusto, na argumentação de Chaplin, soube olhar para esse passado como uma fonte de legitimação e de autoridade para o seu exercício político. Augusto e Tito Lívio reconheciam os *exempla* não como pontos fixos, mas sujeitos a diferentes usos ao

longo do tempo (CHAPLIN, 2000, p. 195-196). Segundo Chaplin (2000), Tito Lívio, assim como Augusto, utilizou os dois tipos de relações temporais que continham os *exempla*: passado e presente, presente e futuro. Augusto enquanto político se baseou em precedentes republicanos para solidificar suas inovações constitucionais e fornecer modelos para o futuro. Tito Lívio empregou os *exempla* como modo de ressaltar uma história monumental em meio às guerras civis.

Posto isto, esse debate indica, a nosso ver, no mínimo, uma confluência de interesses entre Tito Lívio e Augusto. De fato, os elementos e conceitos da história romana foram expressos e fundamentais na narrativa de Lívio, como, por exemplo, em *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *pudicitia*, *castitas* e *iustitia*, que se tornaram também parte essencial das reformas promovidas pelo imperador durante o seu governo. Augusto procurou resgatar esses valores romanos como forma de legitimar seu poder, um poder fundado na tradição, através de reformas institucionais, religiosas, urbanísticas e artísticas (cf. AUGUSTO. *Res Gestae*, IV); no que se refere a esta última destacam-se as mudanças relacionadas à literatura do período (MARQUES, 2007, p. 42). Essa historiografia exemplar pressupunha a utilização pragmática e pedagógica do passado representado como repositório de virtudes cívicas, tanto nas relações do indivíduo consigo (ética), quanto nas relações com outrem (política). A História era evocada para orientar a conduta moral e política dos seus cidadãos-leitores, por meio dos exemplos ou vícios de conduta individual ou coletiva, num passado tornado monumental e glorioso, um passado que era construído constantemente (EHRHARDT, 2008, p. 83).

Considerações Finais

A produção de memória social relacionava-se à sociedade romana imperial a partir da construção de imagens vinculadas à produção de um passado, que orientaria o presente com a criação dos *exempla*, pois, na percepção histórica e filosófica, as ações passadas seriam reproduzidas na comunidade política. Os vestígios na Antiguidade Romana – comemorações (*Parentalia*), numismática, monumentos arquitetônico e funerário, bustos honoríficos e a escrita – deveriam perpetuar e transmitir, com distinção, a glória dos indivíduos em um processo repetitivo e, sobretudo, regularmente alimentado. A ação de Lucrecia – representada por seu autocontrole em função de sua morte voluntária – devia ser lembrada como a imagem de *castitas* e *pudicitia*, um excelente recurso retórico, que explorava, de fato, a prática da *uirtus* feminina e

masculina em consonância com os interesses da *res publica*. Em sentido simbólico, a escrita reabilitou a memória dos mortos não somente por um ato honrável, mas também, tal como esclarece Alain M. Gowing, por terem desfrutado de uma existência na cidade dos vivos e, por consequência, por terem percorrido o passado de Roma através de uma comunidade virtual de mortos, que era, ao mesmo tempo, sagrada, imutável e inabalável (GOWING, 2005, p. 13). Com isso, terminamos nossas reflexões com as palavras de Lívio:

Naquela época a equidade e o sentimento religioso de *Numa Pompílio* eram célebres. Ele, um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas [desejava] que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XVIII).

Documentação Textual

- AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*. Tradução e comentários de G. D. Leoni. São Paulo: Politipo, 1957.
- CICERO, M. T. *De Oratore*. Books I-II. Vol. 1. With an English translation by E. W. Sutton. (Edição Bilíngue).
- _____. *De senectute*. Books I-II. Trad. Domenico Lassandro e Giuseppe Micunco. Italian: UTET, 2007.
- LÍVIO, Tito. *História de Roma*- livro I: a monarquia (*Ab Vrbe Condita*, líber I). Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- LIVIO, Tito. *Histoire Romaine*. Tome I – Livre I. Texte établi par Jean Bayet e traduit par Gaston Baillet. Paris: Sociéte d'Édition "Les Belles Letres" 1947.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. *Revista Rhêtorikê*, Lisboa, n. 1, v. 0, p. 1-26, 2008.
- ARCE, Javier. *Funus Imperatorum: Los Funerales de los Emperadores Romanos*. Madrid: Alianza, 1990.
- BAUMAN, Richard A. Women in the Augustan Principate. In: *Women And Politics In Ancient Rome*. London: Routledge, 1992.
- BROWN, Ron M. *The art of suicide*. London: Reaktion books, 2001.
- CANELA, Kelly Cristina. *O estupro no direito Romano*. SP: Cultura Acadêmica, 2012.
- CAUCANAS, Sylvie; CAZALS, Rémy; PAYEN, Pascal. Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité. *Actes du Colloque international tenu à Carcassonne les 19 et 20 mai 2000*. Toulouse: Editions Privat, 2001.
- CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, p. 7-16, 2010.
- CARROL, Maureen. *Roman funerary commemoration in western*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- CHAPLIN, Jane D. *Livy's exemplary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CONNOLLY, Joy. Virtue and violence: the historians on politics. In: FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p.181-194.
- DAMON, Cynthia. Rhetoric and Historiography. In: DOMINIK, William. HALL, Jon (ed.) *A companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007.
- DAVIES, Jason P. *Rome's Religious History: Livy, Tacitus and Ammianus on their Gods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.
- EHRHARDT, Marcos Luis. *O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da História *magistra vitae**. 2008. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba. 2008.
- ERKER, Darja Sterbenc. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 40-60.
- FARRELL, Joseph. The Augustan Period: 40BC–AD14. In: HARRISON, Stephen (ed.). *A companion to Latin literature*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2005, p. 44-57.
- FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- FINLEY, M.I. *Uso e abuso da História*. SP: Martins Fontes, 1989.
- FOX, Matthew. Rhetoric and literature at Rome. In: DOMINIK, William. HALL, Jon (ed.) *A companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. Introduction. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1-9.
- _____. Ideas, ideals, and values the legislation on morals and marriage. In: *Culture Augustan*. Princeton University Press. 1996.
- GEORGE, Michele. Family Imagery and Family Values in Roman Italy. In: *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy, and Beyond*. GEORGE, Michele. New York: Oxford University Press, 2005, p. 37-66.
- GLENDINNING, Eleanor Ruth. *Guilt, Redemption and Reception: Representing Roman Female Suicide* (Tese de Doutorado) University of Nottingham . December 2011.
- GOWING, Alain M. *Empire and memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 49-62, 1994.
- _____. Roma, o poder e a História. In: SILVA, Gilvan V. da; NADER, Maria B.; FRANCO, Sebastião P. (orgs.) *As identidades no tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória, UFES, 2006, p. 281-293.
- HALES, Shelley. The house and the construction of memory. In: HALES, Shelley. *The Roman house and social identity*. Cambridge: University Press Cambridge, 2009, p. 40-60.
- HOPE, Valerie M.. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.
- _____. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. NY: Continuum, 2009.
- _____. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In:

- WILLIAMS, Howard. *Archaeologies of remembrance*. New York: KAPPA, 2003, p. 113-140.
- HUSKINSON, Janet. Constructing childhood on roman funerary memorials. *Hesperia Supplements*, vol. 41, Italy, 2007, p. 323-338.
- _____. Bad Deaths, Better Memories. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 113-149.
- JERPHAGNON, Lucien. Le suicide dans la Rome antique. *Revue belge de philologie et d'histoire*, v. 63, n. 1, p. 149-151, 1985.
- JOHANSON, Christopher. A Walk with the Dead: a funerary cityscape of ancient Rome. In: RAWSON, Beryl A.. *Companion to families in the Greek and Roman worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430.
- JOSHEL, S. R. The Body female and the body politic: Livy's Lucretia and Verginia In: CHAPLIN, Jane D; KRAUS, Christina S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford, 2009.
- JUDGE, Edwin. Eulogy of the Lost Republic or Acceptance of the New Monarchy? Livy's Ab Urbe Condita. *Antichthon*, 44, p. 68-95, 2010.
- MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- MATTHES, Melissa M. Livy and the Repetition of Republican Foundations. In: *The Rape of Lucretia and the Founding of Republics Readings in Livy, Machiavelli, and Rousseau*. The Pennsylvania State University Press University Park, Pennsylvania, 1964.
- MILNOR, Kristina. Women in Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 276-287.
- MITRAUD, Carlos Augusto. *História e Tradição no livro I de Tito Lívio*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de letras da UFMG. Belo Horizonte, 2007.
- MORA, Fabio. Storiografia greca e romana. In: *Dialogues d'histoire ancienne. Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité*, Paris, v.25, n.1, 1999.
- MORRIS, Ian. *Death ritual and social structure in Classical Antiquity*. Cambridge: University Press, 1996.
- NOY, David. Goodbye Livia's: dying in the roman home. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 01-20.
- OLGIVIE, R.M. *A Commentary on Livy: Books 1-5*. Oxford: At the Clarendon Press, 1965.
- PITA, Luiz Fernando Dias. *Visões da identidade romana em Cícero e Sêneca*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- POTTER, David S. *A Companion to the Roman Empire*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2006.
- PRICE, Simon. From Noble Funerals to Divine Cult: the Consacration of Roman Emperors. In: CANNADINE, David; PRICE, Simon (eds.). *Rituals of Royalty: Power and Ceremonial in Traditional Societies*. Cambridge: University Press, 1992, p. 56-105.
- RAWSON, Beryl. The Roman family. In: RAWSON, Beryl. *The family in ancient Rome*. New perspective. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1992, p. 01-57.
- ROLLER, Matthew. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.
- SALLER, Richard P. "Familia, Domus", and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, v. 38, n. 4, p. 336-355, 1984.
- SALLES, Catherine. *Lire à Rome*. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 2010.

- SILVA, G. V. da. Política, Ideologia e Arte Poética em Roma. *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 29-51, 2001.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SNYDER, Ellen. Virtue, Violence, and Victors: The Role of Pudicitia in Livy's *Ab Urbe Condita*. *UCLA Center for the Study of Women*. p. 1-8, 2011.
- TAKÁCS, Sarolta A. *The construction of authority in ancient Rome and Byzantium: the Rhetoric of empire*. Cambridge university press, 2009.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. Housing the Dead: The Tomb as House in Roman Italy. In: BRINK, Laurie; GREEN, Deborah (eds.). *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p.39-77.

Notas

¹ Importante destacarmos que neste contexto de estruturação das instituições caras aos romanos – como a família – a *Lex Julia* desempenhou um papel relevante junto aos seguintes princípios norteadores das condutas cívicas: A *lex Julia de maritandis ordinibus* tinha como pretensão regulamentar os casamentos para homens entre as idades de vinte e cinco a sessenta anos, e para as mulheres entre vinte e cinquenta. No que se refere às mulheres divorciadas e viúvas, havia a obrigatoriedade de contrair um novo casamento dentro de seis meses a um ano. Nestas circunstâncias de incentivar o matrimônio e, por conseguinte, gerar herdeiros, o casamento foi liberado entre os romanos homens e mulheres livres. Contudo, havia restrição aos membros das classes senatoriais em contrair união pelas vias mencionadas acima; vemos aqui que, para as famílias aristocráticas, os valores matrimoniais estavam duplamente inseridos nos aspectos sociais e políticos, assim como o conceito de cidadão romano (GALINSKY, 1996, p. 130). A *Lex Julia de adulteriis coercendis* visava o controle das possíveis relações extraconjugais. O adultério da esposa, se descoberto pelo marido, não poderia ser tolerado por ele. As sanções para tais atos estavam bem rígidas e articuladas, variando até ao banimento. Ao mesmo tempo, a facilidade do divórcio, sob o pretexto de adultério, tornou-se mais difícil e, para os homens casados, a distinção entre se envolver em *adulterium e stuprum* foi apagada. Da mesma forma, as mulheres casadas foram protegidas contra *stuprum*, por não serem consideradas culpadas de adultério, em aparente contraste com o tratamento anterior, quando a jurisdição pertencia ao *pater familias*. O governo, por meio das leis e fiscalizações morais, resguardava a instituição familiar contra quaisquer envolvimento que pudessem subvertê-la (GALINSKY, 1996, p. 130).

² A família romana agrupava pessoas sujeitas ao poder (*potestas*) de um membro masculino do grupo, o *pater familias*, ou seja, mulher, filhos, escravos, etc. Não significava que eram efetivamente parentes, embora fosse possível coincidir, como ocorria nas famílias pobres que não tinham escravos. A *domus* simbolizava a casa, mas era usada também para se referir à unidade familiar básica – pai, mãe e filhos – que representava a linhagem e o parentesco (PARKIN; POMEROY, 2007, p. 72).

³ Com a procissão funerária, após a exposição do corpo, realizava-se um espetáculo que acompanhava o morto até o local onde seria proferido o discurso laudatório. De acordo com Hope, quanto maior a procissão e maior o número de pessoas que o acompanhavam, maior seria o seu status social; por isso, muitos indivíduos libertavam seus escravos para que mais pessoas pudessem integrar a procissão. No período de Augusto, numa tentativa de evitar tais extravagâncias, o imperador limitou o número de escravos que poderiam ser libertos por meio de testamento. Ocorrida a procissão, realizava-se o discurso laudatório proferido no fórum, o qual envolvia aspectos que enalteciam o morto, mas, para além deste engrandecimento do falecido, o que especialmente este discurso continha era a exaltação à família do morto (HOPE, 2009, p. 76-78). Cf. ARCE, 1990; PRICE, 1992; CARROL, 2006; HUSKINSON, 2007 e 2011; WALLACE-HADRILL, 2008; NOY, 2011; JOHANSON, 2011; ERKER, 2011; HOPE, 2011 entre outros).

Artigo recebido em 31/10/2013. Aprovado em 20/12/2013.